

Participação e Desenvolvimento Sustentável do Turismo: Considerações sobre o Planejamento na Região dos Negócios em Goiás

Priscilla Teixeira da Silva¹

Marutschka Martini Moesch²

Universidade de Brasília – UNB

Resumo: A partir do entendimento de que o planejamento participativo pode multiplicar o conhecimento técnico, científico e humano dos diversos atores participantes, o presente trabalho busca analisar a qualidade da participação no modo de governança estabelecido entre os municípios que compõem a Região dos Negócios em Goiás, conforme a indução proposta pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT). Para isso, utilizou-se a metodologia de análise de conteúdo documental correspondente ao processo de implantação da Região dos Negócios, entre os anos de 2008-2010, apontando-se as fragilidades ocorridas entre a intencionalidade do PRT e a qualidade da participação efetiva neste estudo de caso, e os desafios no desenvolvimento local do turismo regionalizado.

Palavras-chave: Participação; Desenvolvimento Sustentável; Planejamento; Programa de Regionalização do Turismo; Região dos Negócios em Goiás.

Introdução

Esse trabalho é um recorte do processo de investigação que tem como temática analisar a qualidade político-metodológica do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT), enquanto um facilitador na substituição da cultura do isolamento pela cultura da cooperação na Região dos Negócios em Goiás. Esse isolamento é uma característica marcante nos processos de planejamento verticais brasileiros, tendo em vista o processo histórico dos países latino-americanos, como um todo, pouco favoráveis a democracia e a soluções para problemas locais.

Em Goiás, recorte espacial desta pesquisa, entre as nove regiões criadas, a Região dos Negócios é a que apresenta a melhor infraestrutura do Estado, em função, principalmente, de contemplar a capital, Goiânia. Contudo, é a região que mais desníveis econômicos apresenta entre os municípios, principalmente por fatores

¹ Mestranda em Turismo pela Universidade de Brasília. *E-mail:* priscilla.cet@gmail.com

² Doutora em Ciências da Comunicação e Turismo e professora do mestrado em turismo da Universidade de Brasília. *E-mail:* marumoesch@hotmail.com.

históricos e políticos, como a polarização de serviços em Goiânia (ARRAES, 2004) e, ao mesmo tempo, a lenta articulação entre a capital e os municípios vizinhos.

Dentro desse contexto, o objetivo principal do presente artigo é analisar, na experiência recente (2008-2010) da Região dos Negócios, a qualidade da participação dos componentes do Fórum, tendo como perspectiva que a participação, enquanto fazer parte e ter parte no processo de planejamento, é consequência da educação cívica, não sendo seu pleno exercício possível somente através da institucionalização de programas e documentos setoriais.

Levanta-se assim a seguinte questão: a metodologia de implementação do PRT possibilitou a superação da cultura do isolamento pela cultura da cooperação na Região dos Negócios em Goiás? Para responder essa questão de pesquisa, utilizou-se como metodologia a análise de conteúdo do Plano Estadual de Turismo de Goiás (PET), dos relatórios realizados pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH), em parceria com o Ministério do Turismo (MTur), anos de 2008 e 2010, e a única ata de uma reunião do Fórum da Região dos Negócios realizada em 2009. Desde já, justifica-se que a escolha desses documentos para análise se deu, em primeiro lugar, em razão da escassez de registros das reuniões do Fórum, além da própria irregularidade das mesmas.

Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil e o Processo de Indução do Turismo na Região dos Negócios em Goiás

A Região dos Negócios foi criada em abril de 2005, e está localizada no centro goiano, tendo a capital Goiânia como destino indutor, configurando-se em um pólo de agronegócios, medicina, farmoquímico, de compras e eventos. Inicialmente, a Região dos Negócios contemplava os municípios de Goiânia, Anápolis e Hidrolândia. Após a implementação do PET (2008), foram incluídos os municípios de Trindade e Aparecida

de Goiânia³, e, informalmente, em 2010, o município de Hidrolândia foi retirado da Região dos Negócios.

Figura 1: Região dos Negócios



Fonte: PET-GO, 2008.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo dos Negócios e Eventos (2011), a capacidade de organização e gestão de políticas públicas regionais e locais na Região dos Negócios é bastante forte pela consolidação da Região Metropolitana de Goiânia e a ligação da capital com Anápolis, tratando-se da

³Após estudo e avaliação de critérios técnicos o PET (2008) apresentou a Região dos Negócios composta pelos municípios de Goiânia, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Trindade e Hidrolândia. Os critérios avaliados foram: 1) constituição de Conselho Municipal de turismo (COMTUR); 2) Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR); 3) participação no Fórum Regional; 4) adesão ao Instituto de Pesquisas Turísticas (IPTUR); 5) preenchimento do Boletim de Ocupação Hoteleira (BOH); 6) implementação de um Plano Municipal de Turismo validado pelo COMTUR; 7) número de leitos disponíveis nos municípios; 8) implantação de Centros de Atendimento ao Turista (CAT); 9) cadastro dos prestadores de serviços turísticos do MTur; e 10) práticas sustentáveis que possam dar suporte ao desenvolvimento do turismo. Dentro de cada um dos critérios apresentados, anteriormente, foram atribuídos pontos. Desta forma, aqueles municípios que obtiveram mais de 20 pontos foram certificados pela Goiás Turismo como município Cristal; acima de 40 pontos, como município esmeralda; e, por fim, acima de 60 pontos, como município diamante.

região mais expressiva do estado de Goiás, um centro estratégico para áreas de indústria, medicina, telecomunicações e agricultura, que contém grande parte da população total do Estado e, aproximadamente, 36,5% do PIB de Goiás.

No entanto, esta integração institucional não abrange situações administrativas direcionadas ao turismo. As prefeituras de Anápolis, Aparecida de Goiânia e Trindade não possuem secretarias municipais específicas de turismo⁴ e o processo de consolidação dos órgãos executivos municipais de gestão do turismo em cada prefeitura se encontra em estágios diferentes, o que reflete diretamente no próprio nível de desenvolvimento local do turismo.

Segundo Duarte, Moretti e Almeida (2005), o relacionamento entre Goiânia e os municípios que compõem a Região dos Negócios, com vistas à integração e constituição de uma região turística, enfrenta percalços, como a falta de articulação política entre eles, somada à falta de inclusão do turismo em suas políticas públicas e a carência de recursos financeiros e humanos, tanto em Goiânia quanto nas cidades do entorno.

As políticas públicas destes municípios pouco enxergam o turismo como uma das viabilidades para as suas economias e para melhoria das condições de vida de sua população. Dado que as políticas públicas de turismo têm capacidade para modificar os lugares, estabelecer novos arranjos espaciais e alterar a organização social. [...] A articulação entre o município de Goiânia e estes municípios geralmente é lenta, resultando na falta de planejamento integrado, ou quando muito, na existência de um planejamento desarticulado, que não considera as potencialidades da região. (DUARTE, MORETTI e ALMEIDA, 2005, p. 14)

No turismo, a região apresenta contrastes em relação à oferta e qualidade dos equipamentos, havendo uma diferença considerável entre oferta de gastronomia e hospedagem de Goiânia e os demais municípios. O município de Trindade, apesar de um importante destino de turismo religioso no país, apresenta uma sazonalidade acentuada. Já Anápolis e Aparecida de Goiânia, embora com fluxos turísticos nos mesmos segmentos que Goiânia, apresentam uma demanda turística menos significativa.

Segundo o PDITS (2011), para o desenvolvimento integrado do turismo no Pólo de Negócios e Eventos é necessário que se estenda a cooperação institucional já existente

⁴ Apenas a Prefeitura de Goiânia possui a Secretaria Municipal de Turismo. Aparecida de Goiânia possui a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Trindade possui a Superintendência Municipal de Turismo, enquanto Anápolis possui uma Diretoria de Turismo. Deve-se ressaltar, entretanto, que a Secretaria Municipal de Turismo de Goiânia, durante o ano de 2011, esteve vinculada à pasta da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Voltando a ter uma pasta própria apenas em 2012.

na Região Metropolitana de Goiânia e na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico para questões ligadas à gestão do turismo. Para isso, é fundamental a estruturação anterior do sistema municipal de turismo em cada cidade, incluindo o poder público, a iniciativa privada e os segmentos organizados da sociedade.

É possível a constatação de expressivas fragilidades na gestão integrada do turismo na região em questão, tais como a carência da estruturação da gestão em cada município, não existência de instâncias e ações integradas dentro do Pólo como um todo, com a participação do Estado e da comunidade em geral. (PDITS, 2011, p. 107)

Para Arraes (2004), a capacidade indutora de Goiânia influi diretamente nessa organização regional, tendo em vista que a cidade mantém uma relação de poder com os municípios de sua região polarizada ou de influência. Contudo, com o lento planejamento, a integração entre a capital e seus municípios vizinhos se tornou deficiente, havendo, assim, um subaproveitamento do fluxo turístico da capital em relação aos municípios induzidos, fato que demonstra a falta de concepção sistêmica e orgânica no modelo adotado.

Planejamento Participativo e Desenvolvimento Sustentável do Turismo no Brasil: Limites e Possibilidades do PRT

Participação vem da palavra parte, definida, habitualmente, através de certo tipo de relação. Assim, segundo Peirce apud Abbagnano (1999, p. 758), "Uma parte de um conjunto, chamado seu todo, é um conjunto tal que tudo o que pertença à parte pertence ao todo, mas alguma coisa que pertence ao todo não pertence à parte". A participação pode ter os sentidos de fazer parte, tomar parte ou ter parte, de forma que aqueles que participam ativamente, por exemplo, seriam os que "tomam parte". Contudo, a grande questão, quando se pensa em participação, não é o quanto se toma parte, mas como se toma parte, pois mesmo dentro da participação ativa, existem diferenças na qualidade da participação. Segundo Bordenave (1986), a participação acompanha as origens do homem. Em um primeiro momento, materializada como uma participação de fato, através do agrupamento com seus iguais, em famílias, clãs, nas tarefas de subsistência, nos cultos religiosos, na recreação e na defesa contra os inimigos, configurando-se em necessidade fundamental do ser humano, tais como: alimentação, sono e saúde; ou para exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo, dominar a

natureza e o mundo⁵. Além da participação de fato, o autor divide a participação em espontânea⁶, voluntária⁷, dirigida ou manipulada⁸ e concedida.

A participação frequentemente praticada no planejamento público brasileiro é a concedida, implantada por organismos oficiais, segundo os interesses ideológicos dominantes. Sendo assim, a participação concedida seria uma parte de poder ou de influência exercida por subordinados, considerada como legítima por seus superiores. Essa participação configura uma “ilusão de participação”, tendo em vista sua restrição a grupos de relações primárias, como no local do trabalho, na vizinhança, nas igrejas, nas associações profissionais, dentre outros, em que o controle dos membros sobre as decisões pode ser mínimo ou nenhum.

Na América Latina, infelizmente, as esferas dominantes foram significativamente influenciadas, do ponto de vista ideológico e cultural, pelas metrópoles. A preocupação escassa dessas camadas com os problemas das maiorias levou a mudança promovida pelo planejamento a ser quantitativa e não qualitativa. “Planejou-se para o crescimento e não para o desenvolvimento. Procurou-se acelerar a evolução econômica e social no sentido tradicional, e com isso só se conseguiu agravar os problemas derivados da dependência” (MOLINA E RODRÍGUEZ, 2001, p.62). Em Goiás, ainda há o agravante do passado político oligárquico e coronelista, caracterizado pela não diferenciação de interesses, com uma maior possibilidade de controle interno e estabilidade do poder central, além de intervenções constantes do setor privado sob os bens públicos.

Desde seus inícios Goiás forjou-se a partir da ação do Estado. O poder central precede a sociedade nas primeiras décadas e séculos, formata seu futuro e potencializa as forças sociais da região. O bloco de poder entronizado em 1930 acentua essa vocação do Estado, fortalecendo seu papel promotor do desenvolvimento. A integração ao mercado capitalista se constitui como fator capaz de definir as instituições e garantir recursos ofici-

⁵Mas, para isso, a prática da participação envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como: “a interação com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros” (Bordenave, 1986, p. 16).

⁶A participação espontânea leva as pessoas a formarem grupos fluidos (grupos de vizinhos, amigos, “panelinhas”, *gangs* com o objetivo de reconhecimento), sem propósitos definidos, apenas para satisfação psicológica do pertencimento (Bordenave, 1986).

⁷Na participação voluntária o grupo é criado pelos próprios participantes que organizam e estabelecem seus objetivos e métodos de trabalho. Exemplos dessa participação seriam os sindicatos livres, as associações profissionais, as cooperativas e os partidos políticos (Bordenave, 1986).

⁸A participação dirigida ou manipulada é uma participação provocada por agentes externos, que ajudam outros a realizarem seus objetivos ou manipulam a fim de atingir seus próprios objetivos previamente estabelecidos. (Bordenave, 1986). Um exemplo seriam os plebiscitos com suas mudanças previamente desenhadas para que as autoridades públicas consultem a população somente quando for conveniente (Baquero, 2006).

ais que, se antes não existiam ou eram incipientes nos municípios, para tanto deveriam ser criados e efetivados. (BORGES, 2004, p. 221)

No caso de Goiânia, Souza (2004) ressalta que, aos poucos, a renovação e mudança de mentalidade da cidade provocaram um empreendedorismo, sintetizador do processo desenvolvimentista, mas, mesmo assim, o Estado paira acima da sociedade, aparentemente, atendendo a todos. Há uma redistribuição de poder entre as classes dominantes e uma estratégia de planejamento voltada para a criação de condições para o desenvolvimento privado.

Em relação ao planejamento turístico, Beni (2006), salienta que a maioria dos projetos de desenvolvimento sustentável, encontra resistência na incapacidade de mobilização da comunidade local, como participante do planejamento estratégico. Ao contrário de Baquero (2006), Beni (2006) acredita que a comunidade passou a ser considerada uma força dinâmica, em constante mudança, cada vez mais organizada e dirigida.

“Os tempos mudaram”. A comunidade passou a ser considerada uma força dinâmica, constantemente em mudança, cada vez mais organizada e dirigida. As instituições públicas e privadas sabem que essa nova força comunitária pode pressioná-las fortemente, bem como impulsioná-las ou até mesmo arruiná-las, ocasionando profundas alterações sociais e destruindo crenças tidas como imutáveis. É nesse sentido que a comunidade, como agrupamento de pessoas que, vivendo numa região, têm por característica essencial uma forte coesão, baseada no consenso espontâneo de seus integrantes e traduzida por atitudes de cooperação em face de interesses e aspirações comuns. (BENI, 2006, p. 62)

Conforme as Diretrizes Operacionais do PRT, a regionalização do turismo deveria envolver os representantes de “todas as instâncias”, abrindo espaço para que “todos contribuíssem”; devendo respeitar a diversidade na construção do consenso; e por fim, considerar o conhecimento local, a cultura e as experiências. Entretanto, é necessário analisar quem são esses atores com interesse em buscar essa participação e os diversos contextos nos quais a regionalização do turismo ocorreu no Brasil, já que há uma diversidade de opiniões sobre o que é turismo e o seu papel no desenvolvimento das regiões, muitas vezes, compostas por tencionamentos históricos na disputa do poder.

Metodologia

Para responder a questão base desse trabalho, utilizou-se como recurso metodológico a análise de conteúdo. A análise de conteúdo se deu sobre o Plano Estadual de Turismo de Goiás (2008), os Relatórios do Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH)⁹ realizados entre os anos de 2008 e 2010, em parceria com o MTur, e a única ata disponível publicamente de reunião do Fórum da Região dos Negócios, realizada em 2009.

Para tornar a análise mais objetiva e minimizar o caráter subjetivo, foram definidos indicadores de processo e resultado como balizadores que auxiliassem na separação dos diferentes temas abordados nessa pesquisa. Os temas separados foram: políticas públicas de turismo; desenvolvimento sustentável; e governo e sociedade. Dentro de cada um desses temas, foram eleitas rubricas (concepção, dificuldades e avanços) e sub-rubricas (totalidade/fragmentação, teoria/ prática, autonomia/dependência, criticidade/alienação, subjetividade/objetividade, contradição/mediações). Dentro de cada tema, foram analisados a visão geral do documento, dos autores, o processo de elaboração (se tecnocrático ou participativo) e a relação com a comunidade. Dessa forma, chegou-se aos resultados e análises a seguir.

⁹ Nos anos de 2008 e 2010, por meio de uma parceria entre o MTur e o IADH, foram ouvidos quase mil atores envolvidos com o PRT em diversos níveis de atuação e de todas as Unidades da Federação, utilizando da aplicação de questionários e realização de oficinas e de entrevistas qualificadas. Segundo a Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (2010), o interesse do Mtur ao formalizar o termo de parceria com o IADH, justifica-se pelas experiências anteriores desse instituto na avaliação de projetos de desenvolvimento regional e nos focos de atuação centrados na gestão do conhecimento, nos processos participativos e no enfoque territorial do desenvolvimento sustentável, “coincidentes com as dimensões da estratégia de avaliação do Programa de Regionalização do Turismo”. (Brasil, 2010, p.09). Para essa pesquisa, foram encontrados poucos documentos para análise de conteúdo referentes a Região dos Negócios e, dentre esses documentos, as duas avaliações realizadas pelo IADH.

Resultados e Análises

Relatório IADH (2008)

A análise documental do Relatório IADH (2008)¹⁰, que antecede a criação do PET (2008), dispõe sobre a participação dos atores no Fórum da Região dos Negócios entre os anos de 2007 a 2008¹¹, quando ocorreram apenas três reuniões, cujo grau de participação dos membros foi baixo, cerca de 20%. O foco principal destas reuniões foi o encaminhamento de projetos ao MTur, no sentido de atender a demandas isoladas dos municípios, não havendo união entre setor público e privado.

Dentro dessa perspectiva, é difícil para o segmento empresarial estabelecido em Goiânia, vinculado a associações de âmbito nacional e com problemas e demandas específicos de um pólo de turismo já desenvolvido, perceber identidade de propósito com os seus vizinhos, que têm apenas o potencial turístico ainda não desenvolvido, e identificar vantagens na perspectiva regional. (IADH, 2008, p. 09)

Kaplan (1982) explica que é pequeno o interesse das massas populares urbanas pelos problemas coletivos e pela organização e funcionamento da economia, da sociedade e do sistema político, predominando a procura de vantagens sócio-econômicas imediatas, através da ação individual, do grupo setorial, do sindicato e do Estado, o que pode justificar a visão dos empresários do *trade* da Região dos Negócios, ou seja, uma mobilização relacionada proporcionalmente as pautas de interesse corporativo.

Para os autores do relatório, as relações de participação e delegação de poder na Região dos Negócios estão desmobilizadas por falta de organização e comprometimento com o futuro da Região, em que a gestão do Fórum é focada em projetos municipais e não regionais. Além disso, há desconhecimento da necessidade da cooperação e atribuições do Fórum, por parte dos empresários de Goiânia, desavenças político-partidárias entre Governo Estadual e Município de Goiânia, morosidade na tramitação da solicitação de recursos por meio de projetos encaminhados ao MTur, falta de canais de comunicação e

¹⁰Em 2008, o IADH, em parceria com o Mtur, realizou uma oficina com os componentes do Fórum da Região dos Negócios, o que resultou na elaboração de um relatório utilizado como documento de pesquisa nesse artigo. O estudo foca na fala do setor público (representantes da Goiás Turismo, da Secretaria Municipal de Turismo de Goiânia, e o presidente do Fórum da Região dos Negócios) e do setor privado (*Convention Bureau* e Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH). Mas não foram convocados, ou não foram encontrados, representantes da cidade de Hidrolândia (o presidente do Fórum também representa Anápolis), nem da sociedade civil organizada dos municípios de Goiânia e Hidrolândia, uma vez que o presidente do Fórum da Região dos Negócios, também representa ONG Anápolis é Tudo de Bom. Segundo o relatório, não há articulação entre a instância e os roteiros da região e as ações efetivas não são resultantes da gestão colegiada.

¹¹Tendo em vista que de 2005 a 2007 o Fórum da Região dos Negócios esteve desativado.

de *feedback*, e falta de critérios técnicos para aprovação de projetos direcionados para o MTur, cuja aprovação, segundo o relatório, estaria ocorrendo por influência política e não como resultado de um processo pedagógico de construção coletiva.

Plano Estadual de Turismo – PET (2008)

A análise preliminar do PET (2008) desvela o setor governamental como responsável pelos projetos estruturantes e pelo posicionamento do destino no mercado. Sua concepção de desenvolvimento sustentável do turismo está ligada a realização de ações necessárias ao desenvolvimento do turismo, geração de emprego e renda, distribuição de renda e qualidade de vida das comunidades. O processo de elaboração do PET (2008), apesar do discurso participativo, apresenta-se de forma tecnocrática, com a participação somente das entidades empresariais mais “bem qualificadas”, traduzindo uma concepção reduzida aos parâmetros da análise econômica, conforme Bustelo (1982), não indo, portanto, ao encontro da dimensão política da sustentabilidade disposta por Goulet (2001, p.78):

dar a todos os membros da sociedade uma responsabilidade na sua sobrevivência; isto não pode ser conseguido, a menos que todos gozem de liberdade, direitos pessoais invioláveis, algum nível mínimo de segurança econômica e acreditem que o sistema político no qual vivem perseguem algum bem comum, e não meros interesses particulares.

A prioridade do documento é a definição e hierarquização de ações de promoção do Estado, principalmente em cooperação entre poder público e iniciativa privada, prevendo ações continuadas e alinhadas com a estratégia brasileira definida pelo PNT, relegando as comunidades espaço apenas no levantamento de sugestões para a elaboração do documento. A intenção é que o *trade* assumira mais funções e influencie o poder público a adotar a prática da continuidade nas políticas, traduzindo-se numa interface entre as entidades públicas e privadas nas esferas regionais e estaduais.

Os maiores investimentos estão direcionados para as regiões que já são mais desenvolvidas, mesmo apresentando preocupações em relação à infraestrutura das cidades. Na teoria, a opção do Governo do Estado em priorizar as regiões e cidades que já tinham o turismo mais desenvolvido, para receber investimentos, ocorreu como uma estratégia de indução ao desenvolvimento dos outros destinos menos atrativos,

propiciando uma sinergia entre eles, para assim ocorrer à consolidação de Goiás como destino turístico. Mas na prática, pelo menos na Região dos Negócios, esta estratégia de financiamento aos municípios que já possuem fluxo turístico vem gerando o desinteresse dos demais municípios em investir no turismo. Dessa forma, a discrepância entre eles aumenta e apenas Goiânia consolida-se.

Por fim, os autores do PET (2008) atribuem desmedidamente ao *trade* a responsabilidade sobre desenvolvimento do turismo em Goiás, chegando a dizer que os empresários da capital devem expandir sua influência no interior, ampliar os debates e ser reconhecido pelos poderes políticos e demais setores econômicos, pois, “quanto maior for a sua representatividade, maior o seu reconhecimento e respeito entre os associados e maior o seu poder de influenciar as decisões” (PET, 2008, p.13). Fica evidente, portanto, que o modelo de planejamento e governança local implantado pelo PET, atua como instrumento de influência e força política sobre os destinos, beneficiando, prioritariamente, as lideranças tradicionais e seus interesses econômicos.

Ata de reunião do Fórum da Região dos Negócios (2009)

A concepção de políticas públicas de turismo, revelada na Ata da Reunião ocorrida em 29/04/2009, é de estímulos governamentais para o desenvolvimento da atividade¹². A concepção de Desenvolvimento Sustentável exposta é a de provisão de infraestrutura para ações integradas entre os municípios.

O documento, em momento algum dispõe sobre compromisso com a melhoria da qualidade ambiental, educação ambiental, gerenciamento de impactos ou diversidade cultural. Apenas, dentre as ações da Secretaria Municipal de Turismo de Goiânia, aparecem algumas que impactam na qualidade de vida da comunidade, como a revitalização dos parques Mutirama, Agropecuário e Zoológico. O conteúdo da ata não sinaliza contribuições para ações de co-responsabilidade, nem construção da cidadania, nem controle social. Não há a participação de todos os municípios da Região dos

¹²Compareceram a essa reunião 19 pessoas, sendo, quatro representantes do Fórum da Região dos Negócios; três da Secretaria Municipal de Turismo de Goiânia; dois do Fórum estadual; dois do Sebrae; um de Aparecida de Goiânia (a Coordenadora executiva da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo da cidade); dois Abadia de Goiás (a Diretora de Turismo da cidade e o Vice-prefeito); dois representantes da Câmara dos Vereadores de Goiânia; e três da Goiás Turismo. Dessas, nove pessoas se pronunciaram (o Secretário do Fórum da Região dos Negócios, o Presidente do Fórum da Região dos Negócios, o Secretário de Turismo de Goiânia, o Presidente do Fórum Estadual, a Secretária Executiva do Fórum Estadual, o Representante da Câmara dos Vereadores, o Vice-prefeito de Abadia de Goiás, a Gerente de Turismo do Sebrae, e a representante do *Convention Bureau*).

Negócios, pois faltaram representantes das cidades de Anápolis, Trindade e Hidrolândia.

Apesar das participações de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Abadia de Goiás¹³ na reunião, devido à falta de representantes dos municípios de Anápolis, Trindade e Hidrolândia não foi possível verificar as ações de infraestrutura, impacto ambiental ou preocupação com as gerações futuras da Região dos Negócios como um todo. Além disso, apenas Goiânia e Abadia de Goiás expuseram suas ações para o turismo, das quais, somente foram descritas na ata as ações realizadas ou em encaminhamento pela Secretaria Municipal de Turismo de Goiânia.

Relatório IADH (2010)

Segundo o relatório IADH (2010), de 2008 para 2010 aumentou o número de participantes do Fórum de 7 para 16, com representantes de Trindade e de Aparecida de Goiânia. Entretanto, esse Fórum ainda vem apresentando problemas de mobilização, pois, nesse período, ocorreram quatro reuniões e, além disso, optou-se pela retirada de Hidrolândia.

Assim como o relatório IADH (2008) o IADH (2010) aponta o desinteresse por parte do *trade* em trabalhar regionalmente, ainda pelas mesmas razões apresentadas no outro relatório. Procurando soluções para esse problema, o IADH promoveu uma oficina de mobilização, na perspectiva da construção de uma Missão para o Fórum da Região dos Negócios: “Contribuir para o desenvolvimento do turismo da Região dos Negócios, através da articulação das entidades públicas, privadas e COMTURs, apoiando e contribuindo nos projetos dos diversos segmentos turísticos e promovendo a criação de um ambiente favorável à cultura de cooperação.” (IADH, 2010, p.05)

Para IADH (2010), o que falta é a mobilização do *trade* dos municípios que compõem o Fórum, até mesmo porque, nesta oficina compareceu somente o representante da diretoria de turismo da Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás (ACTEG), que na oportunidade também era presidente do Fórum. Nesse sentido, a

¹³Abadia de Goiás não faz parte da Região dos Negócios, mas, em razão da presença de importantes restaurantes e hotéis fazendas na cidade e de sua proximidade geográfica com Goiânia, seus representantes foram convidados para a reunião.

solução apontada pela consultoria para mobilizar o *trade* é o direcionamento estratégico das ações

Construído de forma participativa, o Direcionamento ajuda a nortear as ações e orientar o processo de gestão de uma instância de governança, dando-lhe a possibilidade de geração de resultados. A lógica do Direcionamento Estratégico é: partindo-se da construção da Missão, que expressa o sentido da existência dessa Instância de Governança, são definidas as principais linhas de atuação, e os respectivos resultados esperados, com vistas a cumprir o papel que lhe foi atribuído na Missão. (IADH, 2010, p.09)

Os resultados da oficina, segundo IADH (2010), mostram que os componentes do Fórum da Região dos Negócios têm consciência da importância de que ocorra a integração do potencial turístico da região, da necessidade de articulação entre o Comitê Gestor do Destino Indutor Goiânia e do Fórum da Região dos Negócios. O *trade* entende a importância de dar continuidade a articulação entre os municípios e acredita na importância da regionalização. Contudo, de fato evidenciou-se que esta intencionalidade não é suficiente para romper com a tradição da cultura do isolamento estabelecida pela lógica capitalística do mercado turístico e pela tradição política autoritária da região.

Evidências Finais

O Fórum da Região dos Negócios não conseguiu instituir o planejamento participativo conforme proposto pelo PRT. Primeiramente, por não resolver os problemas básicos e primários de mobilização e, conseqüentemente, a não evolução dos debates sobre as questões mais importantes conseqüentes de um turismo sustentável como melhoria da qualidade de vida das populações, geração de emprego e renda, manutenção da diversidade cultural, redução do impacto ambiental, entre outros.

Deve-se salientar, entretanto, que as reuniões do Comtur de Goiânia são frequentes (com atas disponíveis dos últimos três anos). Já em Trindade há registros das reuniões do Comitê Gestor do Projeto do Turismo Religioso de Trindade, ocorridas em 2009, diferentemente dos outros dois municípios, dos quais não foram encontrados frequências, nem registros. O grupo gestor do destino indutor Goiânia, segundo Relatório Técnico do Instituto Marca Brasil, realizado em 2008, possui 38,46% de representatividade do poder público, 46,15% da iniciativa privada, e 15,38% do terceiro

setor; mas, mesmo assim, a participação dos membros é baixa e as reuniões são esporádicas. Ou seja, o *trade* e o poder público de Goiânia participam da instância de governança para a gestão do turismo na cidade, mas não atuam de forma solidária suficiente para promover uma nova postura colaborativa ao funcionamento do Fórum da Região dos Negócios, por conseguinte, não ocorre um planejamento integrado entre os municípios.

Estas primeiras análises referentes à qualidade da participação no PRT, na Região dos Negócios em Goiás, levam a conclusão de que a participação e a mobilização ainda não foram alcançadas, ou seja, a metodologia de implementação do programa não foi suficiente para possibilitar a superação da cultura do isolamento pela cultura da cooperação. Deve-se salientar, entretanto, que essas conclusões são processuais, tendo em vista que esta investigação ainda está em andamento e a próxima etapa da pesquisa é a condução de entrevistas com atores-chave do processo de planejamento participativo induzido pelo PRT, na busca do esclarecimento do porquê das resistências ainda afetas à proposta de participação do programa de regionalização.

Referências

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. (3ª ed). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ARRAES, Tadeu Alencar. **Geografia contemporânea de Goiás**. Goiânia: Ed. Vieira, 2004.

BAQUERO, M. Globalização e Democracia Inercial: o que o capital social pode fazer na construção de uma sociedade participativa? In: BAQUERO, M., & CREMONESE, D (Org.). **Capital Social: teoria e prática**. (p. 43-69). Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

BENI, Mário Carlos. **Política e Planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: Editora Aleph, 2006.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é Participação**. 4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

BORGES, Pedro Célio Alves. “Formação e Representações do Estado em Goiás”. IN: SOUZA, Dalva Borges (Org.). **Goiás: sociedade e Estado**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004, p.185-226.

BRASIL. **Gestão dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional – relatório técnico Goiânia**. Brasília: Instituto Marca Brasil, 2008. 11 p.

_____. **Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: resumo executivo**. Coordenação Técnica do Projeto de Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil Ricardo Ramos de Cerqueira. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 20/08/2011.

_____. **Plano de desenvolvimento integrado de turismo sustentável (PDITS) do Pólo de Negócios e Eventos**. Brasília: Technum Consultoria, 2011. 229 p.

BUSTELO, Eduardo S. “Planejamento e política social: a dialética do possível”. IN: BROMLEY, Ray, BUSTELO, Eduardo S. (Org.), **Política X técnica no planejamento: perspectivas críticas**. São Paulo: Brasiliense, Brasília: UNICEF, 1982, p. 132-152.

DUARTE, Ivonaldo Ferreira; MORETTI, Edvaldo César; ALMEIDA, Maria Geralda de. “Desenvolvimento local: uma contribuição de Goiânia ao turismo de municípios próximos”. IN: **Observatório Geográfico de Goiás**. Goiás: 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriogeogoiias.com.br/>>, Acesso em: 08/02/2010.

Fórum da Região dos Negócios. Goiânia. **Ata da reunião ordinária do Fórum realizada no dia 29 de abril de 2009**. Sem Livro, p. 1-2.

GOIÁS. **Plano estadual do turismo de Goiás (PET-GO): diretrizes, estratégias e programas**. Goiânia: *AGETUR*, 2008.

GOULET, Denis. “Desenvolvimento Autêntico: Fazendo-o sustentável”. In: CAVALCANTI, Clovis (org). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001, p.72-82.

IADH-GESPAR/Ministério do Turismo (Brasil). **Levantamento e análise de informações terciárias: caracterização da instância de governança**. Goiânia, 2008. 9 p.

Direcionamento estratégico da instância de governança da Região dos Negócios - Goiás. Goiânia, 2010. 9 p.

KAPLAN, Marcos. “Aspectos políticos do planejamento na América Latina”. IN: BROMLEY, Ray, BUSTELO, Eduardo S. (Org.), **Política X técnica no planejamento: perspectivas críticas**. São Paulo: Brasiliense, Brasília: UNICEF, 1982, p. 84-122.

MOLINA, Sergio; RODRÍGUES, Sergio; Tradução: Carlos Valero. **Planejamento integral do turismo: um enfoque pra a América Latina**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SOUZA, Dalva Borges. “O golpe em Goiás”. IN: SOUZA, Dalva Borges (Org.) **Goiás: sociedade e Estado**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004, p. 87-130.